

O ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NAS UNIVERSIDADES E NA EDUCAÇÃO CONTINUADA

Renata Dantas Jales¹; Kalyane Kelly Duarte de Oliveira²

¹Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: renatadantas_jales@hotmail.com;

²Universidade do estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: kkoliveira2012010@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Um dos marcos importante para a saúde foi a carta de Ottawa realizada no Canadá em 1986, que teve como foco a promoção da saúde, evidencia-se então, uma mudança do modelo que busca a cura da doença para o modelo que busca promover a saúde. Na intenção de promover a saúde houve a necessidade de incorporar aos serviços de saúde práticas que levassem em consideração a cultura e os saberes locais, visando abordar o ser humano de forma integral. No Brasil o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, a qual foi realizada também em 1986, orientou a introdução de práticas alternativas de assistência à saúde nos serviços de saúde (BRASIL, 2015; PENNAFORT et al., 2012). As práticas alternativas ou como a Organização Mundial de Saúde (OMS) chama de Medicinas Tradicionais/Complementares e Alternativas é o conjunto de práticas e ações terapêuticas que não estão presentes na biomedicina, nesse conjunto está inclusa práticas manuais e espirituais, sem uso de medicamentos. A depender do lugar sua nomenclatura pode mudar, já que existem diferentes realidades e práticas no mundo (LIMA; SILVA; TESSER, 2014; SOUSA et al., 2012) .

Depois da 8ª conferencia a qual é considerada um marco importante para a politica de práticas integrativas e complementares, a necessidade de introduzir tais práticas na assistência à saúde foi cada vez mais frisada ao longo dos anos, merecem destaque aqui a: 10ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu em 1996, cujo em relatório final aprovou a incorporação da fitoterapia, acupuntura e homeopatia ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 1999 houve a inclusão das consultas em homeopatia e acupuntura na tabela de procedimentos do SIA/SUS, no ano seguinte na 11ª Conferência Nacional de Saúde foi orientada a utilização de práticas não convencionais de terapêutica como acupuntura e homeopatia na atenção básica. No ano de 2004 na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações em Saúde a Medicina Natural e

(83) 3322.3222

contato@congrepics.com.br

www.congrepics.com.br

Práticas Complementares foram adicionadas como nicho estratégico de pesquisa dentro da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa (BRASIL, 2015).

Frente a esse contexto histórico foi elaborada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) no ano de 2006, uma das diretrizes da política em discussão é o desenvolvimento de estratégias de qualificação em práticas integrativas e complementares para profissionais no SUS, levando em consideração os princípios e diretrizes estabelecidos para a educação permanente. O incentivo à formulação e implementação de políticas públicas e ao desenvolvimento de estudos científicos sobre essas práticas existe desde a década de 70, porém, elas ainda são pouco conhecidas pelos profissionais da saúde, bem como, pouco discutidas em pesquisas (BRASIL, 2015).

Dessa forma houve a necessidade de investigar na literatura se as práticas integrativas estão sendo abordadas nas universidades e nos temas de educação continuada ofertada aos profissionais da saúde.

METODOLOGIA

Refere-se a um estudo bibliográfico, do tipo qualitativo, realizado durante os meses de julho e agosto de 2017. Utilizou-se fontes especializadas sobre a temática encontrada na base de dados Scielo, Lilacs, os quais foram utilizados 8 artigos e manual do ministério da saúde nesta revisão bibliográfica, considerando as publicações de 2012 a 2017,.

Segundo Lakatos e Marconi (2010), consiste na pesquisa de bibliografias já publicadas em relação ao tema de estudo, como jornais, artigos, revistas, livros, monografias e teses, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com as questões da temática pertinente, aumentando a familiaridade com o ambiente, fato ou fenômeno, por meio da descrição completa da problemática, permitindo base para uma futura pesquisa mais precisa.

Assim, realizamos uma leitura exploratória mediante o estudo de artigos e manuais a fim de ordenar e sumarizar as informações contidas nas fontes, e identificar a relação do conteúdo com o objeto da pesquisa, constituindo-se como critério os que abordaram o tema em questão, de modo que estes possibilitem a obtenção de respostas ao problema em estudo. Ao final, realizamos a leitura interpretativa que objetiva relacionar o problema com as soluções propostas pelo autor.

Os resultados foram descritos textualmente e sistematizados no sentido de alcançar o objetivo proposto. O trabalho foi construído a partir dos referenciais teóricos coletados em várias

fontes bibliográficas que serviram de base de orientação para as discussões apresentadas, o que possibilitou alcançar uma abrangência maior acerca da temática no sentido de alcançar o objetivo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A procura pelas práticas aqui citadas, segundo Huang et al. (2013), se dá principalmente quando o tratamento baseado no modelo biomédico não tem efetividade ou quando há grandes efeitos adversos. A cada dia o uso dessas práticas vem se tornando frequente, principalmente nos países ocidentais considerados desenvolvidos, porém, nos países em desenvolvimento 80 % das pessoas utilizam a medicina tradicional, principalmente na atenção primária; os autores sugerem duas explicações para este fato: uma delas é devido a cultura que foi construída ao longo dos tempos e a segunda explicação é a falta de alternativas (MACHADO; OLIVEIRA; FECHINE, 2012; PENNAFORT et al., 2012).

Ambos os fatores, contexto cultural e a falta de alternativas, são modificáveis, mas como modificar o contexto cultural se não há alternativas para serem experimentadas e assim mudar a cultura? E essa falta de alternativas se dá devido à que, se a PNPIC foi lançada desde 2006?

A justificativa para a escassez de alternativas é a falta de educação continuada e disciplinas na grade curricular das universidades. A pouca oferta de educação continuada nessa área contribui para aumentar a resistência ou até mesmo o preconceito por parte dos profissionais da saúde que ainda estão prestando sua assistência baseada no modelo biomédico, restringindo-se à apenas um saber científico (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013; MACHADO; OLIVEIRA; FECHINE, 2012).

Na pesquisa de Ceolin et al. (2013) os autores constataram que 75% dos participantes, os quais eram profissionais de nível superior atuantes na atenção primária à saúde, em nenhum momento realizaram cursos ou capacitação na área de terapias complementares ou plantas medicinais. Entre os profissionais que participaram da pesquisa está o enfermeiro, esse por sua vez, por estabelecer uma relação mais direta com a população, tem mais probabilidades de realizar a educação em saúde com a comunidade, afim de, expor as práticas e seus benefícios, já que, a sociedade ainda encontra-se centrada no modelo biomédico. Contudo, o conhecimento e o uso dessas práticas pelos enfermeiros em nosso país ainda é pequeno (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013; SILVA et al., 2013).

Surgindo assim a necessidade de implantar disciplinas que abordem a práticas integrativas e complementares na grade curricular não só do curso de enfermagem, mas também, nos demais cursos da área da saúde, afim de, aumentar o conhecimento nessa temática.

Essa necessidade de disciplinas nas universidades é perceptível na pesquisa de Ceolin et al. (2013), em que 79% dos participantes relataram que durante a graduação não ofertada disciplinas sobre terapias complementar. Silva et al. (2013) relatam que em uma pesquisa realizada em cinco escolas de enfermagem no estado de São Paulo perceberam que a formação dos enfermeiros nessa temática ocorreu quando eles já eram profissionais através de especialização, educação continuada e senso popular.

Geralmente quando se fazem presente na graduação é através de projetos de extensão, disciplina optativa, eventos, o que acaba acarretando a escassez de educação continuada e a permanência no modelo biomédico, pois, os graduandos não tomam conhecimento de tais práticas durante a sua formação profissional, talvez porque seus professores não tenham domínio sobre o assunto, já que as pesquisas nessa área ainda são poucas; tornam-se profissionais com pouco conhecimento e até mesmo preconceito por não estabelecerem um contato com as práticas; fazendo com que assistência seja centrada no modelo biomédico (CEOLIN et al., 2013; SILVA et al., 2013).

CONCLUSÃO

Apesar de 11 anos que a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi implantada, ainda observamos durante a pesquisa dos artigos a pouca quantidade de artigos nacionais nessa área. Durante a leitura dos estudos selecionados ficou evidente o pouco conhecimento da temática por parte dos profissionais da saúde.

E ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi percebendo que um fator interfere no outro: a falta de pesquisas nessa área faz com que tenha uma oferta reduzida de disciplinas que abordem essa temática na grade curricular das universidades, que por sua vez, faz com que os profissionais tenham pouco interesse em conhecer tais práticas.

O que nos faz entender que é necessário o desenvolvimento de pesquisas nessa área para que todos envolvidos nesse ciclo: professores, alunos, profissionais da saúde e comunidade, para que tenham conhecimento sobre essas práticas e interesse de dissemina-las para toda a população.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. **Interface (Botucatu)**, v. 17, n. 46, p. 615-33. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v17n46/aop2113.pdf>> . Acessado em: 02 Ago. 2017.

BRASIL. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso**/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2015.

CEOLINA, T. Relato de experiência do curso de plantas medicinais para profissionais de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p. 501-11. 2013. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2013/v37n2/a4457.pdf>> Acessado em: 02 Ago. 2017.

HUANG , A. et al. Parental perspectives on use, benefits, and physician knowledge of complementary and alternative medicine in children with autistic disorder and attention-deficit/hyperactivity disorder. **J Altern Complement Med.**, v. 19, n. 9, p. 746-50. 2013. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23621389>>. Acesso em: 05 Ago. 2017.

LIMA, K. M. S. V.; SILVA, K. L.; TESSER, C. D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 49. 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/1801/180131153003.pdf>>. Acessado em: 30 July. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª Ed- São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, M. M. T.; OLIVEIRA, J. da C. de; FECHINE, A. D. L. Acupuntura: conhecimento e percepção de professores universitários. **Rev. bras. educ. med.**, v. 36, n. 1, p. 41-9. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1/a06v36n1.pdf>>. Acessado em: 05 Ago. 2017.

PENNAFORT, V. P. dos S. et al. Práticas integrativas e empoderamento da enfermagem. **remE – Rev. Min. Enferm.**;v. 16, n. 2, p. 289-295. 2012. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/531>>. Acessado em: 30 July. 2017.

SILVA, N. C. M. da. et al. Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**, v. 15, n. 4, p. 1061-7. 2013. Disponível em: < https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n4/pdf/v15n4a25.pdf> Acessado em: 05 Ago. 2017.



SOUSA, I. M. C. de. et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. **Cad. Saúde Pública**, v. 28. n. 11, p. 2143-54. 2012. Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v28n11/14.pdf>>. Acessado em: 22 Ago. 2017.

